

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ATOS DOS PRESIDENTES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATAS DAS SESSÕES 00015/2025

Disponibilização: 08/09/2025 às 15h58m

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
Telefone: (85) 98238.9722 (whatsapp. Inativo para ligações)
E-mail: camcrim1@tjce.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 15 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 06 DE MAIO DE 2025.**PRESIDÊNCIA:** O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO**COORDENADORA:** Bela. Larissa Sacramento Marinho

PRESENTES: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, a Exma. Sra. Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, a Exma Sra. Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA e o Exmo Sr. Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e a Exma. Sra. Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, bem como a Exma. Sra. Dra. Maria de Fátima Correia Castro - Procuradora de Justiça do Estado do Ceará. Presente ainda o Exmo. Sr. Dr. Leonardo Antônio de Moura Júnior - Defensor Público Estadual. Após os cumprimentos de estilo, foi aberta a sessão às 14h00min, e, em seguida, aprovada, por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária N.º 14 do dia 29 de abril de 2025.

- JULGAMENTOS -**01 - Apelação Criminal Nº 0023840-28.2022.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.**

Apte/Apdo: Fabiana Delfino da Silva.

Advogado: Francisco Marcelo Brandão (OAB/CE: 4239).

Advogada: Sônia Marina Chacon Brandão (OAB/CE: 10728).

Advogado: Bruno Chacon Brandão (OAB/CE: 25257).

Apte/Apdo: Silvânia Sousa Nascimento.

Apelante: Luana Barros Menezes.

Advogado: Sílvio Vieira da Silva (OAB/CE: 11147).

Apelante: Francisco Rufino da Silva Filho.

Apte/Apdo: Anderson Lima Dias.

Apte/Apdo: Joherverton Bernardo da Silva.

Apelante: Sergio Lima de Sousa.

Apelante: Maria Creuza Bento de Araújo.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos recursos de apelação e DECLAROU a nulidade das provas obtidas pelos dados extraídos da interceptação telefônica (Proc. 0023840-28.2022.8.06.0001), absolvendo os recorrentes Francisco Rufino da Silva Filho, Sérgio Lima de Sousa, Luana Barros Menezes, Maria Creuza Bento de Araújo, Fabiana Delfino da Silva, Silvania Sousa Nascimento, Anderson Lima Dias e Joherverton Bernardo da Silva, com base no art. 386, inciso II, do CPP, ficando prejudicada as demais teses. Expeçam-se e cumpram-se os alvarás de soltura em favor dos réus que se encontram segregados - Francisco Rufino da Silva Filho, Joherverton Bernardo da Silva, Maria Creuza Bento de Araújo e Sérgio Lima de Sousa - na forma e no prazo do art. 6.º, § 1.º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-os em liberdade se por outro motivo não estiverem presos. Comunique-se imediatamente ao juízo da execução penal, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator".

02 - Agravo de Execução Penal Nº 0005878-21.2016.8.06.0124 - Vara Única da Comarca de Missão Velha.

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Agravada: Norma Lúcia Fernandes da Silva.

Advogado: João Bruno Tavares Lacerda (OAB/CE: 27179).

Relator(a): FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo em Execução interposto, para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator".

03 - Apelação Criminal Nº 0207669-72.2023.8.06.0293 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: Antônio Bruno Nunes da Silva.

Advogada: Luciana Cristina Albuquerque de Oliveira (OAB/CE: 43957).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para aplicar a regra do concurso formal de crimes, redimensionando a pena do acusado, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Luciana Cristina Albuquerque de Oliveira, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da douta Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

04 - Apelação Criminal Nº 0200524-81.2023.8.06.0125 - Vara Única da Comarca de Missão Velha.

Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelante/Apelado: G. W. da R..

Advogado: Vladimir Macedo Cruz Cordeiro (OAB/CE: 22761).

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU o recurso de Geraldo Waldísio da Rocha, por restar prejudicado. CONHECEU do recurso do Ministério Público, para DAR PROVIMENTO, anulando o veredito do Júri, por manifesta contrariedade à prova dos autos, para determinar um novo julgamento. A designação da data do julgamento fica a critério do magistrado de primeiro grau, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Manifestação Oral realizada pela Procuradora de Justiça, ratificando o parecer acostado aos autos, seguida de Sustentação Oral realizada pelo Dr. Vladimir Macedo Cruz Cordeiro.

05 - Apelação Criminal Nº 0031202-81.2022.8.06.0001 - 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Fabiano Nunes de Alencar.

Advogada: Sarah de Carvalho Rocha Oliveira (OAB/CE: 48054).

Advogada: Priscila Barbosa Ribeiro (OAB/CE: 41616).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, para redimensionar a pena definitiva do recorrente para 17 (dezessete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, mantendo-se as demais disposições da sentença condenatória, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Wanessa Kelly Pinheiro Lopes, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da douta Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

06 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622538-10.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte

Impetrante: George Magno Maia Malveira

Paciente: Diego Maia Fernandes

Advogado: George Magno Maia Malveira

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente *habeas corpus*, contudo concedeu a ordem de ofício para que o paciente seja intimado para apresentar suas razões recursais e consequente remessa para este e. Tribunal de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

07 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623277-80.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Iracema

Impetrante: Fernando Antônio Holanda Pinheiro

Paciente: Evanildo Gomes da Silva

Advogado: Fernando Antônio Holanda Pinheiro

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Iracema

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e concedeu a ordem ratificando a liminar, nos termos do voto do Relator”.

08 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622284-37.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara

Impetrante: Isabelle Thais Costa Silva

Paciente: J. W. E. da S.

Advogada: Isabelle Thais Costa Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Jijoca de Jericoacoara

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU deste *habeas corpus*, mas para INDEFERIR a ordem, nos termos do voto do Relator”.

09 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623079-43.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Amontada

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Z. I. N.
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Amontada
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU deste *habeas corpus*, mas para DENEGAR a ordem, nos termos do voto do Relator”.
10 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623154-82.2025.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Mateus Lima da Costa
Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
11 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623174-73.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Baturité

Impetrante: Leonardo Cavalcanti de Aquino
Paciente: R. B. dos S.
Advogado: Leonardo Cavalcanti de Aquino
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, mas DENEGOU a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
12 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623380-87.2025.8.06.0000 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Welthon Emanuel Mendes de Sousa
Paciente: Lenilson Oliveira de Sousa
Advogado: Welthon Emanuel Mendes de Sousa
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do *writ*, para, na parte cognoscível DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
13 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623438-90.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Uruoca

Impetrante: José Elias Ferreira Salgado Filho
Paciente: Francisco Auri Miranda Ramos
Advogado: José Elias Ferreira Salgado Filho
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
14 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623472-65.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Francisco Marcelo de Sousa
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
15 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623473-50.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Francisco Rafael da Silva
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.
16 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623510-77.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Júlio Gabriel Carvalho de Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.

17 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623511-62.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Marcelo Sousa Alves

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.

18 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623594-78.2025.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: João Batista Gomes Mota

Paciente: Pedro Henrique Andrade Gois

Advogado: João Batista Gomes Mota

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal, nos termos do voto do Relator”.

19 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623819-98.2025.8.06.0000 - 4º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Fátima Maria Holanda Câmara

Paciente: A. C. B. da S.

Advogada: Fátima Maria Holanda Câmara

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do *writ*, para, na parte cognoscível DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.

20 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623831-15.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Itarema

Impetrante: Manoel Abílio Lopes

Paciente: Francisco Márcio Diogo Dias

Advogado: Manoel Abílio Lopes

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itarema

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ* para DENEGAR a ordem, uma vez que não se configura o constrangimento ilegal alegado, nos termos do voto do Relator”.

21 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623921-23.2025.8.06.0000 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Rodrigo Barbosa da Silva

Paciente: Giandrinni Nunes Albuquerque

Advogado: Rodrigo Barbosa da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do presente *writ*, porém, de ofício, verificou que inexistente flagrante ilegalidade, porquanto a decisão de aplicação da pena privativa de liberdade está devidamente fundamentada, nos termos do voto do Relator”.

22 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623934-22.2025.8.06.0000 - 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Bruno de Sousa

Paciente: Gustavo Collyer de Santa Brígida

Advogado: Francisco Bruno de Sousa

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, para CONCEDER A ORDEM, reiterando a confirmação da liminar concedida nesta ação mandamental ainda em cognição sumária, nos termos do voto do Relator”.

23 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624088-40.2025.8.06.0000 - 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Francisco Bruno Filgueira

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do *writ* para DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Relator”.

24 - Habeas Corpus Criminal Nº 0000222-52.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Assaré

Impetrante: José Anderson Alcântara de Matos

Paciente: Alexandre Ferreira de Alencar

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Assaré

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do presente *mandamus* para, na extensão cognoscível, denegar a ordem, com a recomendação que o juízo impetrado envie esforços para conferir maior celeridade ao julgamento do feito, nos termos do voto da Relatora”.

25 - Habeas Corpus Criminal Nº 0000232-96.2025.8.06.0000 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Crato

Impetrante: Leonardo da Silva Cordeiro

Paciente: G. G. A.

Advogado: Leonardo da Silva Cordeiro

Impetrado: Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Crato

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e denegou a ordem, porém com recomendação ao juízo impetrado para que proceda à nova intimação da vítima, com o fito de que se manifeste acerca do interesse na manutenção das medidas protetivas de urgência, nos termos do voto da Relatora”.

26 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622036-71.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Marco

Impetrante: Daniel Anderson de Vasconcelos

Paciente: J. M. F. de C.

Paciente: F. L. A. de S.

Advogado: Daniel Anderson de Vasconcelos

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Marco

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus* tão somente para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

27 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622249-77.2025.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Impetrante: Anderson Rodrigues dos Santos

Impetrante: Daniel Pereira Lima e Silva

Paciente: D. M. P.

Advogado: Anderson Rodrigues dos Santos

Advogado: Daniel Pereira Lima e Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus* tão somente para denegar-lhe provimento. Conquanto a isto, determinou ao Juízo primevo que seja realizada, tão logo, a revisão individualizada da prisão preventiva do paciente, a fim de verificar se subsiste motivação idônea para sua manutenção, nos termos do voto da Relatora”.

28 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622964-22.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape

Volumes: 1 Apensos: 0

Impetrante: Márcio Rogério de Almeida

Paciente: Francisco Abraão Rocha Benjamin

Advogado: Márcio Rogério de Almeida

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

29 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622993-72.2025.8.06.0000 - 7º Núcleo Regional de Custódia e das Garantias - Sede em Maracanaú

Impetrante: Kilviane Alexandre Santos Silva

Paciente: Francisco Ciro da Costa Cândido

Advogada: Kilviane Alexandre Santos Silva

Impetrado: Juiz de Direito do 7º Núcleo Regional de Custódia e das Garantias - Sede em Maracanaú

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

30 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623329-76.2025.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Pedro Luiz Xavier Gomes

Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Corréu: Ministério Público Estadual

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem de habeas corpus, nos termos do voto da Relatora”.

31 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623431-98.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Impetrante: Jéssica Maria Rodrigues de Lima

Paciente: Raimundo Nonato de Olivindo

Advogada: Jéssica Maria Rodrigues de Lima

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do presente habeas corpus e, na extensão cognoscível, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

32 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623479-57.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Impetrante: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Paciente: Rômulo da Costa Silva

Advogado: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

33 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623555-81.2025.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Cláudio Richard da Silva Ferreira

Paciente: Lucas Amorim Silva

Advogado: Cláudio Richard da Silva Ferreira

Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, denegou a ordem de habeas corpus, nos termos do voto da Relatora”.

34 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623724-68.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Carlos Gabriel Rodrigues da Conceição

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do presente mandamus tão somente para, na extensão cognoscível, denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

35 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623764-50.2025.8.06.0000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Vinícius Ramos de Sá Santos

Paciente: José Willian Ferreira de Souza

Advogado: Vinícius Ramos de Sá Santos

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente da ordem, concedendo-lhe provimento, todavia tão somente com determinação ao Juízo a quo para que se manifeste, de forma expressa e fundamentada, acerca do direito do condenado de apelar em liberdade, considerando, para tanto, a existência ou não de novos elementos que justifiquem a manutenção da custódia ou a concessão da liberdade, nos termos do voto da Relatora”.

36 - Habeas Corpus Criminal Nº 0621530-95.2025.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Raphaella Alcântara de Sousa Lemos

Paciente: João Victor Prudêncio Alves

Advogada: Raphaella Alcântara de Sousa Lemos

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente writ, para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto da Relatora”.

37 - Habeas Corpus Criminal Nº 0621780-31.2025.8.06.0000 - 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Impetrante: Marcos Wanderson Silva Torres

Paciente: Cícero Marcos de Oliveira Vieira

Advogado: Marcos Wanderson Silva Torres

Impetrado: Juiz de Direito 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, nesta extensão, denegar-lhe, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal Arguido, nos termos do voto da Relatora”.

38 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622434-18.2025.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Raymundo Nonato da Silva Filho

Impetrante: Marcos Igor Morais Ponte

Paciente: Caio Sousa do Nascimento

Advogado: Raymundo Nonato da Silva Filho

Advogado: Marcos Igor Morais Ponte

Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, nesta extensão, denegá-lo, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto da Relatora”.

39 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622987-65.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Márcio Ferreira de Oliveira

Paciente: Antônio Victor Pinto de Souza

Advogado: Márcio Ferreira de Oliveira

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do presente writ, ausente qualquer ilegalidade apta a ser reconhecida de ofício, nos termos do voto da Relatora”.

40 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623197-19.2025.8.06.0000 - 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Damião Guilherme da Silva

Impetrado: Juiz de Direito 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto da Relatora”.

41 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623312-40.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape

Impetrante: Abdias de Carvalho Rabelo

Paciente: Eduardo Fernandes da Silva

Advogado: Abdias de Carvalho Rabelo

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal Arguido. Não obstante, recomendo à autoridade impetrada que envide todos os esforços necessários para conclusão dos autos para julgamento, promovendo o célere andamento processual, nos termos do voto da Relatora”.

42 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623665-80.2025.8.06.0000 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Impetrante: José Albani Souza Linhares Filho

Paciente: Igor Sousa do Nascimento

Advogado: José Albani Souza Linhares Filho

Impetrado: Juiz de Direito do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente writ, para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido. Não obstante, recomendou à autoridade impetrada que envide todos os esforços necessários para a conclusão da instrução criminal, promovendo o célere andamento processual, nos termos do voto da Relatora”.

43 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623825-08.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Milagres

Impetrante: Arlindo Felinto da Cruz Júnior
Paciente: Denisson Souza Maciel
Advogado: Arlindo Felinto da Cruz Júnior
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Milagres
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto da Relatora”.

44 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623842-44.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape

Impetrante: Iury Inácio Ribeiro Jayme
Paciente: João Igor Cruz Barbosa
Advogado: Iury Inácio Ribeiro Jayme
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Maranguape
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto da Relatora”.

45 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623870-12.2025.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Lucyanna Cavalcante Sampaio Martins
Impetrante: Juliane Karen Castro Nobre
Impetrante: Quésia de Sousa Bomfim
Paciente: Vinícius Duarte do Nascimento
Advogada: Juliane Karen Castro Nobre
Advogada: Lucyanna Cavalcante Sampaio Martins
Advogada: Quésia de Sousa Bomfim
Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, nesta extensão, denegar-lhe, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal Arguido, nos termos do voto da Relatora”.

46 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623872-79.2025.8.06.0000 - 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia

Impetrante: Lucyanna Cavalcante Sampaio Martins
Impetrante: Juliane Karen Castro Nobre
Impetrante: Quésia de Sousa Bomfim
Paciente: José Eudes dos Santos Neto
Advogada: Juliane Karen Castro Nobre
Advogada: Lucyanna Cavalcante Sampaio Martins
Advogada: Quésia de Sousa Bomfim
Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, nesta extensão, denegar-lhe, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal Arguido, nos termos do voto da Relatora”.

47 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623881-41.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte

Impetrante: Antônio Júlio Brilhante de Freitas
Paciente: Israel Silva Ferreira
Advogado: Antônio Júlio Brilhante de Freitas
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ para denegar a ordem requestada, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido. Não obstante, recomendou à autoridade impetrada que envie todos os esforços necessários para julgamento do feito, promovendo o célere andamento processual, nos termos do voto da Relatora”.

48 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623115-85.2025.8.06.0000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Francisco Daniel do Nascimento Queiroz
Paciente: Santonardo Araújo de Lima
Advogado: Francisco Daniel do Nascimento Queiroz
Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU da presente ordem, nos termos do voto do Relator”.

49 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623212-85.2025.8.06.0000 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Ana Beatriz de Azevedo Gomes

Paciente: Francisco Jardeson Martins da Cruz

Advogada: Ana Beatriz de Azevedo Gomes

Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente Habeas Corpus, para DENEGÁ-LO, mantendo a prisão do paciente, nos termos do voto do Relator”.

50 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623500-33.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Brejo Santo

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: P. J. da M.

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Brejo Santo

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

51 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623548-89.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Júlio César Costa Ferreira

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de habeas corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

52 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623605-10.2025.8.06.0000 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Francisco Vitor Fernandes Lima

Impetrado: Juiz de Direito da 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de habeas corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

53 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623610-32.2025.8.06.0000 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Galdino Gabriel Rodrigues

Paciente: Ruan Trajano

Advogado: Galdino Gabriel Rodrigues

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente ordem de Habeas Corpus, para DENEGÁ-LA, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

54 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623679-64.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Impetrante: Rakel Pinheiro da Silva

Paciente: Allan Erbe Moreira de Sousa Silva

Advogada: Rakel Pinheiro da Silva

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de *Habeas Corpus*, para concedê-la, substituindo a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares elencadas no art. 319, incisos I, IV, V e IX, do CPP. Expeça-se e cumpra-se alvará de soltura, com imposição de medidas cautelares, em favor de Allan Erbe Moreira de Sousa Silva, na forma e no prazo do art. 6.º, § 1.º, da Resolução n.º 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-o em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso e, no caso de impossibilidade técnica, comunique-se imediatamente a presente decisão ao juiz de piso, a fim de que expeça o alvará e dê cumprimento a ordem de soltura no prazo de 24 (vinte quatro) horas, nos termos do voto do Relator”.

55 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623901-32.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Impetrante: Allan Danísio Araújo Silva

Impetrado: Francisco Varela da Silva Neto

Advogado: Allan Danísio Araújo Silva

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu da presente ordem de habeas corpus, nos termos do voto do Relator”.

56 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624087-55.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Baturité

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Antônio Victor Sousa de Lima

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegar-lhe, mantendo a prisão do paciente, nos termos do voto do Relator”.

57 - Habeas Corpus Criminal Nº 0621131-66.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Canindé

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: André da Silva Santos

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Canindé

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Habeas Corpus impetrado para CONCEDER-LHE a ordem requestada, a fim de determinar a remessa dos autos de origem (nº 0200381-74.2024.8.06.0055) ao órgão superior do Ministério Público para que analise a viabilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Penal, nos termos do voto da Relatora.”

58 - Habeas Corpus Criminal Nº 0621967-39.2025.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Lucas Mariano Lima

Paciente: Luís de Moura Silva

Advogado: Lucas Mariano Lima

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, na extensão cognoscível, DENEGAR-LHE a ordem requestada, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

59 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622775-44.2025.8.06.0000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Impetrante: Fabrícia Nobre Calisto

Paciente: José Edcley da Silva Rocha

Advogada: Fabrícia Nobre Calisto

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR-LHE a ordem requestada, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

60 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622889-80.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Solonópole

Impetrante: Alanne Nayara Fernandes Martins

Impetrante: Jéferson Lima de Matos

Paciente: Layna Grazielle de Souza Pereira

Advogado: Jéferson Lima de Matos

Advogada: Alanne Nayara Fernandes Martins

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Solonópole

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR-LHE a ordem requestada, mantendo-se a prisão cautelar da paciente, nos termos do voto da Relatora.”

61 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623155-67.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Paulo Ricardo Moura Chaves

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ impetrado para DENEGAR-LHE a ordem requestada, mantendo-se a prisão cautelar do paciente. Outrossim, determinou que o MM. Juiz da 1ª Vara Criminal de Maracanaú, com a máxima brevidade, diligencie com a autoridade policial, com o fim de que, tão logo, sejam efetivadas as solicitações do órgão ministerial, procedendo-se com posterior abertura de prazo para apresentação de Memoriais escritos, nos termos do voto da Relatora.”

Julgadores: A Exma. Sra. Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA – Relatora, o Exmo. Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO e o Exma. Sra. Desa. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

62 - Conflito de Jurisdição Nº 0000090-92.2025.8.06.0000 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Suscitante: Juiz de Direito do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Suscitado: Juiz de Direito do Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do conflito e DECLAROU a competência do juízo do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Sobral/CE (juízo suscitado) para o processamento do requerimento de pedido de produção antecipada de provas sob o nº 0200055-35.2025.8.06.0167, nos termos do voto do Relator”.

63 - Conflito de Jurisdição Nº 0001620-68.2024.8.06.0000 - 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Suscitante: Juiz de Direito 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Suscitado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Missão Velha

Terceiro: Antônio Matias Costa

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Conflito Negativo de Jurisdição, para declarar competente para extinguir a punibilidade face o cumprimento do ANPP no feito sob nº 0203294-62.2022.8.06.0293, o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Missão Velha, nos termos do voto da Relatora.”

64 - Conflito de Jurisdição Nº 0001635-37.2024.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Terceira: Darlinny Cabral Alves

Terceiro: Francisco Aglailton Nogueira Sales

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Conflito Negativo de Jurisdição, para declarar competente para apreciação do feito sob nº 0278580-78.2024.8.06.0001, o Juízo da 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza, nos termos do voto da Relatora.”

65 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0014780-95.2018.8.06.0122/50000 - Vara Única da Comarca de Mauriti

Embargante: Jaílson Leite de Souza

Advogado: Francisco Nardeli Macedo Campos

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos presentes embargos de declaração, porém os rejeitou, em razão de não ocorrer nenhuma das hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, em especial a omissão apontada, conforme entendimento demonstrado acima, nos termos do voto do Relator”.

66 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0622737-32.2025.8.06.0000/50000 - Vara Única da Comarca de Pentecoste

Embargante: Ana Karolline Damião Pontes Braga

Advogado: Antônio Raphael Cavalcante Assunção

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos embargos de declaração, para ACOLHÊ-LOS, tão somente com o fim de sanar a omissão apontada, sem, contudo, conferir-lhes efeitos infringentes, permanecendo inalterado o acórdão embargado, nos termos ora esclarecidos, nos termos do voto do Relator”.

67 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0623409-40.2025.8.06.0000/50000 - 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Embargante: U. M. de C. J.

Advogado: Ubiratan Machado de Castro

Advogado: Renato Espíndola Freire Maia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos presentes embargos de declaração, porém os rejeitou, em razão de não ocorrer nenhuma das hipóteses do art. 619 do Código de Processo Penal, em especial a omissão apontada, conforme entendimento demonstrado acima, nos termos do voto do Relator”.

68 - Agravo Interno Criminal Nº 0626500-75.2024.8.06.0000/50000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Agravante: Filipe Martins Vale Viana

Advogado: Oswaldo Flávio Araújo Bezerra Cardoso

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo, mas para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão vergastada em todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

69 - Agravo Interno Criminal Nº 0634572-85.2023.8.06.0000/50000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá

Agravante: Francisco Aleson Oliveira Brito

Advogado: Leonardo Cavalcanti de Aquino

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo, mas para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão vergastada em todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

70 - Agravo Interno Criminal Nº 0635915-19.2023.8.06.0000/50000 - Vara Única da Comarca de Itarema

Agravante: J. V. R. da S.

Advogada: Joyce Eliza Vidal Rodrigues

Advogado: Alex de Souza Moreira

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente agravo, mas para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão vergastada em todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

71 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0000851-26.2006.8.06.0086/50000 - 1ª Vara da Comarca de Horizonte

Embargante: William Moreira Bento

Advogado: Jander Viana Frota

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Assistente: Maria Lopes da Silva

Advogado: José Carneiro Rangel Júnior

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e os rejeitou, mantendo-se inalterado o acórdão por todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

72 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0000906-87.2018.8.06.0075/50000 - Vara Única Criminal de Eusébio

Embargante: Francimário dos Santos Correia

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos embargos de declaração e os REJEITOU, mantendo-se inalterado o acórdão por todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

73 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0202783-15.2023.8.06.0298/50000 - Vara Única da Comarca de Uruoca

Embargante: Daniel Bandeira de Sousa

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos embargos de declaração e os REJEITOU, mantendo-se inalterado o acórdão por todos os seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

74 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0004758-65.2012.8.06.0161/50000 - Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú

Embargante: L. A. de M. S. F.

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado

Advogado: Eduardo Diogo Diógenes Quezado

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, rejeitou os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se o Acórdão recorrido nos seus termos, nos termos do voto do Relator”.

75 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0017569-03.2022.8.06.0001/50000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Embargante: José Luciano Teixeira

Advogado: Marcus Helton Carneiro

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU os Embargos de Declaração opostos, mas para REJEITÁ-LOS, por não estar presente qualquer hipótese do art. 619, do Código de Processo Penal, mantendo-se inalterado o acórdão proferido, nos termos do voto do Relator”.

76 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0255588-31.2021.8.06.0001/50000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Embargante: Paulo Diego da Silva Araújo

Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os embargos declaratórios, por não estar caracterizada qualquer das hipóteses do art. 619, do Código de Processo Penal, nos termos do voto do Relator”.

77 - Agravo Interno Criminal Nº 0638663-87.2024.8.06.0000/50000 - Vara Única Criminal de Tianguá

Agravante: Mateus Alves de Araújo

Advogado: Mickael Brito de Farias

Advogada: Letícia Lima de Oliveira

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso de Agravo Interno para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

78 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0003264-31.2016.8.06.0031/50000 - Vara Única da Comarca de Alto Santo

Embargante: Leandro Costa da Silva

Advogado: Saulo Luiz Moraes de Oliveira Melo

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se o Acórdão recorrido nos seus termos, nos termos do voto da Relatora.”

79 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0005598-59.2017.8.06.0045/50000 - Vara Única da Comarca de Barro

Embargante: José Iraílsom Bezerra Silva

Advogado: José Cláudio Benevides Vieira Júnior

Embargado: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se o Acórdão recorrido nos seus termos, nos termos do voto da Relatora.”

80 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0010147-56.2025.8.06.0167/50000 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Embargante: M. A. L. do N.

Advogado: Alan de Carvalho Cisne

Advogado: Antônio Moacir Félix Rodrigues

Embargado: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, REJEITOU os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se o Acórdão recorrido nos seus termos, nos termos do voto da Relatora.”

81 - Apelação Criminal Nº 0002228-56.2013.8.06.0031 - Vara Única da Comarca de Alto Santo.

Apelante: Kaio Alex Rego de França.

Apelante: Gláuber Bandeira Abreu.

Advogado: Fernando Antônio Bezerra Freire (OAB/CE: 20581).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso de apelação, para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

82 - Apelação Criminal Nº 0203588-25.2024.8.06.0300 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Milena de Sousa Silva.

Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB/CE: 39799).

Apelante: Patricky Antonhiê dos Santos Sales.

Advogado: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB/CE: 38829).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, DETERMINOU, de ofício, o REDIMENSIONAMENTO da pena privativa de liberdade do recorrente Patricky Antonhiê dos Santos para 07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 20 (vinte) dias de reclusão em regime inicial semiaberto. Considerando que a reforma realizada neste julgamento mostra-se relevante à execução penal, deve a Coordenadoria de Apelação Crime comunicar imediatamente a presente decisão ao juízo das execuções, conforme dispõe o art. 1.º, parágrafo único, da Resolução n. 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, para que adote as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora”.

83 - Apelação Criminal Nº 0241078-76.2022.8.06.0001 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Marçal Domingos Júnior.

Advogada: Ana Zélia Cavalcante Oliveira (OAB/CE: 13165).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso de apelação, para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

84 - Apelação Criminal Nº 0201717-57.2024.8.06.0300 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: José Valderlan Santos da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para provê-lo parcialmente, nos termos do voto do Relator”.

85 - Apelação Criminal Nº 0268143-75.2024.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos Tráfico e Uso Subst. Entorpecentes da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: José Levi Sales Barbosa.

Advogado: Fabiano Bezerra Martins (OAB/CE: 42341).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator”.

86 - Apelação Criminal Nº 0281184-46.2023.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisca Flaviane Costa de Andrade.

Advogado: Francisco Magno Silva Oliveira (OAB/CE: 39632).

Apelante: Jackson Paiva Holanda.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelante: Gabriel Paulino dos Santos.

Advogado: Renan Veras Parente (OAB/CE: 28079).

Advogado: Renato Veras Parente (OAB/CE: 38622).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, a) Conheceu parcialmente do Recurso Apelação manejado pelo Acusado Gabriel Paulino dos Santos e, no trecho cognoscível, negou provimento, com a redução de ofício da pena de multa; b) Conheceu do Recurso Apelação manejado pela Acusada Francisca Flaviane Costa de Andrade e, ao fim, negou provimento, com a redução de ofício da pena de multa e c) Conheceu do Recurso Apelação manejado pelo Acusado Jackson Paiva Holanda e, ao fim, concedeu parcial provimento, com a neutralização da vetorial “personalidade” e a redução de ofício da pena de multa, nos termos do voto da Relatora”.

87 - Apelação Criminal Nº 3002837-68.2019.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Antônio Parente Júnior.

Advogado: Mário Soares dos Santos (OAB/CE: 20823).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu o Recurso Apelação e, ao fim, negou-lhe provimento, com a manutenção integral do Édito de 1º Grau, nos termos do voto da Relatora”.

88 - Apelação Criminal Nº 0017902-39.2017.8.06.0062 - /1ª Vara da Comarca de Cascavel.

Apelante: Jonas David Monteiro dos Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, mas, para NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

89 - Apelação Criminal Nº 0011777-55.2024.8.06.0112 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: Jhonny Lima Andrade.

Advogado: Rahamon Freire de Sousa Bezerra (OAB/CE: 34296).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao recurso, para determinar a restituição do bem móvel elencado no Auto de Apresentação e Apreensão de pág. 24, em favor de Jhonny Lima Andrade, nos termos do voto do Relator”.

90 - Apelação Criminal Nº 0200812-43.2024.8.06.0303 - Vara Única Criminal de Baturité.

Apelante: Kennedy da Silva Rodrigues.

Apelante: Francisco Wagner Batista Bernardo.

Advogada: Francisca Islana de Souza Silva (OAB: 48098).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU o recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, absolvendo o acusado Francisco

Wagner pelo crime do art. 35 da Lei nº 11.343/2006 e art. 56 da Lei nº 9.605/98 e absolvendo o recorrente Kennedy da Silva Rodrigues dos crimes do art. 33 c/c art. 40, inciso IV e art. 35 da Lei nº 11.343/2006 e art. 56 da Lei nº 9.605/98, ficando mantidas as demais disposições da sentença, nos termos do voto do Relator”.

91 - Apelação Criminal Nº 0205711-30.2023.8.06.0300 - 1ª Vara da Comarca de Pacajus.

Apelante: Benedito Florença Maia.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

92 - Apelação Criminal Nº 0257263-24.2024.8.06.0001 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Pedro Henrique Severino dos Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e DESPROVEU o recurso de apelação, mantendo a sentença vergastada, ante a existência de provas suficientes para manter a condenação de ambos os acusados, nos termos do voto do Relator”.

93 - Apelação Criminal Nº 0016754-87.2018.8.06.0084 - Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte.

Apelante: V. de S. A..

Advogado: Ronkaly Antônio Rodrigues Paiva (OAB/CE: 20195).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

94 - Apelação Criminal Nº 0050396-28.2021.8.06.0090 - Vara Única Criminal de Icó.

Apelante: Alan Julião Pereira.

Advogada: Débora Simone Bezerra Cordeiro (OAB/CE: 36648).

Apelante: Francisco Vieira Pastor.

Advogado: Fabrício Moreira da Costa (OAB/CE: 10373).

Advogado: Brenno de Souza Moreira (OAB/CE: 48156A).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento aos recursos propostos, mantendo a sentença guerreada em todos seus termos, nos termos do voto da Relatora”.

95 - Apelação Criminal Nº 0154448-56.2018.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Alessandro Costa de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para negar-lhe Provimento, nos termos do voto da Relatora”.

96 - Apelação Criminal Nº 0200031-64.2022.8.06.0182 - 1ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará.

Apelante: Benedito Pereira do Nascimento.

Advogado: Francisco Alcimar dos Santos Gomes (OAB/CE: 27164).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para dar-lhe provimento, absolvendo-se o réu, nos termos do voto da Relatora”.

97 - Apelação Criminal Nº 0201395-43.2024.8.06.0298 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: Matheus Lopes Mesquita.

Advogado: Antônio Genivaldo Quariguasi da Silva (OAB/CE: 33247).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

98 - Apelação Criminal Nº 0203896-85.2024.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Ronaldo Martins de Lima Filho.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

99 - Apelação Criminal Nº 0208182-09.2024.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Eliane Albuquerque Dias.

Advogado: Wagner Rocha Joventino (OAB/CE: 33893).

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso ministerial e denegou provimento, ratificando a sentença absolutória, nos termos do voto da Relatora”.

100 - Apelação Criminal Nº 0243984-05.2023.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Felipe Pereira Farias.

Advogado: Matheus Lourenço Soares (OAB/CE: 43166).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu o recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

101 - Apelação Criminal Nº 0269408-15.2024.8.06.0001 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Pâmela Mikaelly Arruda de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso proposto, nos termos do voto da Relatora”.

102 - Apelação Criminal Nº 0778218-68.2014.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Maria Dayane Lima de Sousa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação para anular o veredicto popular, a fim de que a recorrente seja submetido a novo julgamento, nos termos do voto da Relatora”.

103 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0002364-31.2015.8.06.0145 - Vara Única da Comarca de Pereiro.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: Damião Pereira da Silva.

Defensor dativo: Francisca Renata Bezerra Fernandes (OAB/CE: 35007).

Recorrido: Damião Pereira da Silva.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso ministerial para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

104 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0005845-23.2019.8.06.0125 - Vara Única Criminal de Brejo Santo.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: Rivalilton da Silva Santos.

Advogado: Francisco Miracleide Basílio Cavalcante (OAB/CE: 28191).

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso ministerial para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

105 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0010107-86.2024.8.06.0045 - Vara Única da Comarca de Barro.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: Cícero Mariano dos Santos.

Advogado: Brenno de Souza Moreira (OABCE: 48156A/).

Advogado: Renato Moreira de Abrantes (OAB/CE: 27159).

Recorrido: Hilquias Coelho Ferreira.

Advogado: Luiz Eduardo Ferreira Lima (OAB/CE: 8386).

Advogado: Hallyson Alves de Sousa (OAB/CE: 40077).

Advogado: Manuel Micias Bezerra (OAB/CE: 10315).

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso ministerial para denegar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora”.

106 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0200802-11.2024.8.06.0299 - Vara Única da Comarca de Tamboril.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrida: C. S. de S. da S..

Recorrido: A. C. da S. L..

Recorrido: J. P. da S. L. F..

Defensor dativo: José Ivan Frota Rodrigues Júnior (OAB/CE: 45931).

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente Recurso em Sentido Estrito e deu provimento para determinar o recebimento da denúncia e a instauração da ação penal correspondente, nela prosseguindo-se regularmente até bom termo, nos termos do voto da Relatora”.

107 - Apelação Criminal Nº 0001086-91.2019.8.06.0100 - Vara Única Criminal de Itapajé.

Apelante: Gerardo Braga Gomes.

Advogado: Francisco Jorge Gomes de Mesquita (OAB/CE: 37377).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, apenas para determinar a remessa dos autos ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer o acordo de não persecução penal ou justificar, de forma motivada, dentre os requisitos do art. 28-A do CPP, que o recorrente não faz jus ao benefício do ANPP, mantendo a sentença condenatória nos demais termos, nos termos do voto da Relatora”.

108 - Apelação Criminal Nº 0003571-48.2017.8.06.0031 - Vara Única da Comarca de Alto Santo.

Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelante/Apelado: Francisco Vicente Pinheiro Filho.

Advogada: Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB/CE: 42362).

Advogado: Renato Alves de Melo (OAB/CE: 29801).

Apelante/Apelado: Herb Venâncio Gonçalves.

Advogado: Marcos Aurélio Correia de Souza (OAB/CE: 10247B).

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade: a) CONHECEU do recurso de apelação interposto pelo réu Francisco Vicente Pinheiro Filho, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a condenação pela prática do crime do art. 312, do Código Penal; b) CONHECEU do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado do Ceará, para DAR-LHE PROVIMENTO, exasperando a pena imposta ao réu Francisco Vicente Pinheiro Filho; c) Declarou a extinção da punibilidade de Herb Venâncio Gonçalves, em decorrência da morte do respectivo agente, prejudicando-se, por consequência, o seu recurso de apelação, com base no art. 107, inciso I, do Código Penal, 62, do Código de Processo Penal e art. 76, inciso XIV, do Regimento Interno deste eg. Tribunal; nos termos do voto da Relatora”.

109 - Apelação Criminal Nº 0013459-89.2021.8.06.0293 - 1ª Vara da Comarca de Nova Russas.

Apelante: Antônio Marcos Rodrigues Camelo Filho.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para dar-lhe parcial provimento para aplicar a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n 11.343/06 em seu patamar máximo procedendo com novo cálculo dosimétrico da pena aplicada na sentença condenatória, redimensionando-a para 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida no regime aberto e, nos termos do § 2º, segunda parte, do art. 44 do Código Penal, a pena privativa de liberdade do apelante será substituída por duas penas restritivas de direitos, a serem decididas pelo Juízo das Execuções, e ao pagamento de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa. Considerando que a reforma realizada neste julgamento se mostra relevante à execução penal, deve a Coordenadoria de Apelação Crime comunicar imediatamente a presente decisão ao juízo das execuções, conforme dispõe o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, para que adote as providências cabíveis. Nos termos do voto da Relatora”.

110 - Apelação Criminal Nº 0034429-11.2024.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Paulo Cauby Batista Lima Júnior.

Apelado: Paulo Cauby Batista Lima.

Advogado: Iago Rodrigues Leal Lima (OAB/CE: 39204).

Advogado: Paulo Cauby Batista Lima (OAB/CE: 19849).

Advogado: Carlos Sérgio Bezerra da Fontoura (OAB/CE: 17337).

Relatora: Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação para NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto da Relatora”.

111 - Apelação Criminal Nº 0200057-10.2024.8.06.0112 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: F. J. de L. F..

Advogado: Francisco Kassiano Handley Fernandes Siqueira (OAB/CE: 50257).

Advogado: José Armando Ferreira Oliveira (OAB/CE: 51831).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso interposto para, em sua extensão, dar-lhe parcial provimento, no sentido de neutralizar o vetor motivos do crime na primeira fase da dosimetria, redimensionando a pena definitiva para 20 (vinte) anos, 04 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, nos termos do voto da Relatora”.

112 - Apelação Criminal Nº 0200520-29.2024.8.06.0151 - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá.

Apelante: R. M. L..

Advogado: Marcello Ortiz Silva de Oliveira (OAB/CE: 24796).

Advogado: Ricelly de Oliveira Queiroz (OAB/CE: 51497).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença condenatória, nos termos do voto da Relatora”.

113 - Apelação Criminal Nº 0201328-63.2024.8.06.0303 - Vara Única Criminal de Russas.

Apelante: Lucas Emanuel Azevedo Santiago.

Advogado: Francisco Dayalessom Bezerra Torres (OAB/CE: 29634).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do presente recurso de apelação e, na parte conhecida, DEU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para ABSOLVER o recorrente pelo crime do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, bem como para AFASTAR o aumento de 1/3 (um) terço na terceira fase da dosimetria do crime de roubo, de modo a REDIMENSIONAR a pena do apelante por tal delito para 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 16 (dezesesseis) dias-multa, nos termos do voto da Relatora”.

114 - Apelação Criminal Nº 0205010-98.2020.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Emanuel Marcos Ramon Pereira Lima.

Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB/CE: 39799).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para NEGAR-LHE provimento, mantendo a sentença condenatória na íntegra, nos termos do voto da Relatora”.

115 - Apelação Criminal Nº 0207118-66.2021.8.06.0001 - 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Antônio Oliveira da Rocha.

Advogado: Jonatas Coutinho Campelo (OAB/CE: 30878).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de apelação para, na parte cognoscível, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença condenatória quanto ao crime previsto no art. 54, §2º, V da Lei 9.605/98. Contudo, DECLAROU, de ofício, EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu em relação ao crime previsto no art. 64, da Lei de Crimes Ambientais, com fundamento nos artigos 107, IV, 109, VI, e 110, §1º, todos do Código Penal, em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa. Em consequência, REDIMENSIONOU a pena definitiva para 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, mantido o regime aberto para início de cumprimento da pena, nos termos determinados na sentença, conforme o voto da Relatora”.

116 - Apelação Criminal Nº 0269841-53.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Laércio do Nascimento Mota.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para NEGAR-LHE provimento, mantendo a sentença condenatória na íntegra, nos termos do voto da Relatora”.

117 - Apelação Criminal Nº 0276901-14.2022.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Mikael Vitor Lima da Silva.

Advogada: Ludmila Batista Diniz (OAB/CE: 39647).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para NEGAR-LHE provimento, mantendo a sentença condenatória na íntegra, nos termos do voto da Relatora”.

118 - Apelação Criminal Nº 0800025-92.2022.8.06.0057 - Vara Única da Comarca de Caridade.

Apelante: A. de O. F..

Advogado: Francisco Cláudio Bezerra de Queiroz (OAB/CE: 8023).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença condenatória, nos termos do voto da Relatora”.

119 - Agravo de Execução Penal Nº 0000142-06.2016.8.06.0194 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Francisco Genivan de Souza Lima.

Advogada: Arianne Pessoa Santos (OAB/CE: 35494).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão proferida pelo juízo de origem, nos termos do voto da Relatora”.

120 - Agravo de Execução Penal Nº 0011635-06.2018.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: José Wellington Dias.

Advogado: Luís Átila de Holanda Bezerra Filho (OAB/CE: 20694).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente recurso e deu-lhe provimento, reformando a decisão proferida pelo juízo de origem para acolher as justificativas apresentadas em relação as violações ao monitoramento eletrônico referidos na decisão combatida, aplicando a penalidade de advertência por escrito, nos termos do art. 146-C, parágrafo único, VII, da LEP, e restabelecer o apenado ao cenário de progressão ao regime aberto, vez já ter implementado o requisito objetivo para a progressão pretendida, nos termos do voto da Relatora”.

121 - Agravo de Execução Penal Nº 0152771-35.2011.8.06.0001 - 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: José Ivan Muniz Farrapo.

Advogada: Rakel Pinheiro da Silva (OAB/CE: 27874).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para dar-lhe provimento, reformando a decisão recorrida para extinguir a punibilidade da pena de multa ante a hipossuficiência do apenado, nos termos do voto da Relatora”.

122 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0023383-30.2021.8.06.0001 - 1ª Vara da Comarca de Cascavel.

Recorrente: Francismar Gonçalves de Andrade.

Advogado: Filipe Alves de Arruda Gomes (OAB/CE: 33180).

Advogado: Francisco Arquimendes Pereira (OAB/CE: 42651).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso em sentido estrito, para NEGAR-LHE provimento, mantendo a decisão de não recebimento do recurso apelatório, nos termos do voto da Relatora”.

123 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0032551-51.2024.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Francisco Mateus Paiva da Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, mantendo hígida a sentença de pronúncia, nos termos do voto da Relatora”.

124 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0200444-20.2022.8.06.0298 - 1ª Vara da Comarca de Marco.

Recorrente: José Jardel Faustino.

Advogado: Jéfferson Vasconcelos Freitas (OAB/CE: 32713).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto pelo réu para dar-lhe provimento, no sentido de determinar o regular recebimento e processamento do Recurso de Apelação interposto pela defesa à fl. 207, nos termos do voto da Relatora”.

125 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0201795-48.2024.8.06.0301 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Recorrente: D. F. dos S..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do presente Recurso em Sentido Estrito para negar-lhe provimento, mantendo hígida a sentença de pronúncia, nos termos do voto da Relatora”.

126 - Apelação Criminal Nº 0000275-09.2018.8.06.0055 - Vara Única Criminal de Canindé.

Apelante: Maria Rosemary Lucas Barbosa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença vergastada para desclassificar o crime do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo contido no art. 28, do mesmo Diploma Legal e, por conseguinte, determinar a remessa dos autos ao Juizado Especial Criminal competente na comarca de origem, conforme as normas legais de regência da matéria. Outrossim, cumpram-se as seguintes providências: I) Comunique-se, imediatamente, a presente decisão ao Juízo das Execuções Penais competente, conforme dispõe o art. 1.º, § único, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça; II) Após o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos a um dos Juizados Especiais Criminais competentes na comarca de origem (Canindé). Quanto aos pleitos de revisão da dosimetria, com o objetivo de afastar a circunstância judicial negativa da culpabilidade, aplicar a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas (tráfico privilegiado), bem como alterar o regime inicial de cumprimento de pena do fechado para o semiaberto, todos restam prejudicados, haja vista a desclassificação do crime de tráfico de drogas para uso pessoal de entorpecentes. Comunique-se imediatamente, ao juízo da execução penal competente, o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta ao recorrente, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

127 - Apelação Criminal Nº 0002021-11.2019.8.06.0140 - Vara Única da Comarca de Paracuru.

Apelante: André Rodrigues Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator”.

128 - Apelação Criminal Nº 0003993-79.2019.8.06.0119 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apte/Apdo: Claudiana Barroso de Sousa.

Apte/Apdo: Marcos da Silva Soares.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos recursos de Apelação de Claudiana Barroso de Sousa e Marcos da Silva Soares, para negar-lhes provimento, bem como conheceu do recurso de Apelação do Ministério Público para dar-lhes parcial provimento. Comunique-se imediatamente ao juízo da execução penal competente o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta aos recorrentes, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

129 - Apelação Criminal Nº 0005648-19.2012.8.06.0156 - 1ª Vara da Comarca de Redenção.

Apelante: Francisco Cristiano da Silva Vital.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso para rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, para negar provimento ao apelo, reduzindo, de ofício, a pena fixada ao réu ao novo patamar de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, além de 167 dias-multa, substituindo-se a reprimenda privativa de liberdade por duas restritivas de direitos. Considerando que a reforma realizada no julgamento mostra-se relevante à execução da pena privativa de liberdade, deve a Coordenadoria de Apelação Crime comunicar a presente decisão ao juízo das execuções penais competente, conforme dispõe o art. 1.º, parágrafo único, da Resolução n. 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator”.

130 - Apelação Criminal Nº 0027960-22.2019.8.06.0001 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ítalo Bruno da Costa Silva.

Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator”.

131 - Apelação Criminal Nº 0050164-70.2021.8.06.0169 - Vara Única da Comarca de Tabuleiro do Norte.

Apelante: D. R. da C..

Advogada: Iracilda Xavier da Silva Almeida (OAB/SP: 275877).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do presente Recurso de Apelação, mas para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo todas as disposições da sentença condenatória. Comunique-se imediatamente ao Juízo da Execução o inteiro teor desta decisão, nos termos do voto do Relator".

132 - Apelação Criminal Nº 0064674-54.2017.8.06.0064 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: R. L. C..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Assistente: M. V. B. M..

Advogado: Felipe Alvernaz Gomes (OAB/CE: 27210).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator".

133 - Apelação Criminal Nº 0070433-62.2015.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Jardeson Martins da Cruz.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente Apelação Criminal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator".

134 - Apelação Criminal Nº 0201204-23.2023.8.06.0301 - Vara Única da Comarca de Nova Olinda.

Apelante: J. F. C..

Defensor dativo: Jatir Batista da Cunha Neto (OAB/CE: 43639).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, e redimensionar a pena imposta para 04 (quatro) anos e 15 (quinze) dias de reclusão e 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de detenção, nos termos do voto do Relator".

135 - Apelação Criminal Nº 0201416-41.2023.8.06.0302 - 1ª Vara da Comarca de Mombaca.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Francisco Ferreira Almeida.

Advogado: Matheus Pereira Lima Marques (OAB/CE: 19478).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para negar-lhe provimento, mantendo incólume a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, em respeito à soberania dos veredictos, a qual restou amparada em parcela do acervo probatório Coligido, nos termos do voto do Relator".

136 - Apelação Criminal Nº 0202379-85.2024.8.06.0117 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Rory Sobreira Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, e redimensionar a pena imposta ao recorrente para 01 (um) ano de reclusão, nos termos do voto do Relator".

137 - Apelação Criminal Nº 0204068-83.2022.8.06.0296 - 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Antônio Diego da Silva Rodrigues.

Advogado: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB/CE: 38829).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de apelação, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator".

138 - Apelação Criminal Nº 0296358-32.2022.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Geison Magno Castro Ferreira.

Apelante: Francisco Pinheiro da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, e absolver o acusado GEISON MAGNO CASTRO FERREIRA da imputação de prática do delito previsto no art. 311, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, mantidas as demais disposições da sentença, nos termos do voto do Relator”.

139 - Agravo de Execução Penal Nº 0000234-66.2025.8.06.0000 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Francisco Lucas da Silva Pereira.

Advogado: Bruno Chacon Brandão (OAB/CE: 25257).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do presente agravo de execução penal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão agravada, nos termos do voto do Relator”.

140 - Agravo de Execução Penal Nº 8000048-59.2020.8.06.0103 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Francisco Rubens Maciel.

Advogado: Leonardo Cavalcanti de Aquino (OAB/CE: 33692).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU do agravo de execução penal, nos termos do voto do Relator”.

141 - Apelação Criminal Nº 0000008-35.2018.8.06.0088 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: José Ednardo Alves da Silva.

Advogado: Talvane Robson Mota de Moura (OAB/CE: 31442).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelarório e, ao fim, negar-lhe provimento, com a manutenção da absolvição, nos termos do voto da Relatora”.

142 - Apelação Criminal Nº 0005514-27.2019.8.06.0162 - Vara Única da Comarca de Nova Olinda.

Apelante: I. A. F..

Advogado: Alexei Teixeira Lima (OAB/CE: 14003).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para afastar o julgamento desfavorável de vetoriais, sem alteração na pena total, mantida em 04 (quatro) anos de detenção, pela prática dos crimes previstos no art. 129, § 9º, e no art. 147, do Código Penal c/c o art. 7º, incisos I e II, da Lei nº 11.340/06, afastada a indenização fixada por ausência de pedido expresso, nos termos do voto da Relatora”.

143 - Apelação Criminal Nº 0010859-95.2021.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Aquiraz.

Apelante: Francisco Gonçalves de Freitas.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Francisco Gonçalves de Freitas, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de redimensionar a pena aplicada, e manter nos demais termos a sentença apelada, nos termos do voto da Relatora”.

144 - Apelação Criminal Nº 0015420-98.2018.8.06.0025 - 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza.

Apelante: M. C. A. O..

Advogado: Cícero Sousa de Luna (OAB/CE: 12950).

Apelado: B. A. V..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a Sentença condenatória nos

seus próprios termos, tudo em conformidade com o voto da Relatora”.

145 - Apelação Criminal Nº 0172668-68.2019.8.06.0001 - 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: C. R..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos Recurso Apelações manejados, para, ao final, posicionar-se nos seguintes termos: a) Para o Recurso Apelação do Acusado, nega-se provimento e b) Para o Recurso Ministerial, concede-se provimento, com a reformulação da pena, tudo em conformidade com o voto da Relatora”.

146 - Apelação Criminal Nº 0200044-67.2024.8.06.0158 - Vara Única Criminal de Russas.

Apelante: Gilvanildo Freitas da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelação e, ao fim, negou-lhe provimento, com a manutenção integral do Édito de 1º Grau, nos termos do voto da Relatora”.

147 - Apelação Criminal Nº 0200085-61.2023.8.06.0128 - Vara Única Criminal de Morada Nova.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Antônio Wesley Saraiva Félix.

Advogado: José Maria Costa (OAB/CE: 3120).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelação e, ao fim, negar-lhe provimento, com a manutenção da absolvição anteriormente prolatada, forte no inciso VII do Art. 386 do CPP, nos termos do voto da Relatora”.

148 - Apelação Criminal Nº 0203134-12.2024.8.06.0117 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Matheus Pinto Lisboa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público Estadual.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionada a pena, resultando a sanção definitiva em desfavor de Mateus Pinto Lisboa em 05 (cinco) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção, em regime inicial aberto, pela prática do delito previsto no art. 24-A da Lei nº 11.304/06, nos termos do voto da Relatora”.

149 - Apelação Criminal Nº 0205804-48.2022.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Aquiraz.

Apelante: Rafael da Silva Almeida.

Advogada: Amílria Cardoso Menezes (OAB/CE: 20718).

Apelante: Francisco Hícaro de Almeida da Costa.

Advogada: Bianca Almeida de Abreu (OAB/CE: 40278).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do Recurso interposto pelo Acusado Francisco Hícaro e, no trecho cognoscível, negou provimento e conheceu totalmente do Recurso interposto pelo Acusado Rafael da Silva e concedeu-lhe parcial provimento, com redimensionamento das reprimendas e reformulação das consequências penais, nos termos do voto da Relatora”.

150 - Apelação Criminal Nº 0231506-28.2024.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Matheus de Castro Rodrigues.

Advogado: Gleidson Gomes Silva (OAB/CE: 26706).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Francisco Matheus Castro Rodrigues, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de proceder com o decote da quantidade da pena aplicada, mantendo-se nos demais termos a sentença, tudo em conformidade com o voto da Relatora”.

151 - Agravo de Execução Penal Nº 0098056-88.2015.8.06.0167 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: B. C. O..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo em Execução Penal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a Decisão que indeferiu o pedido de prisão domiciliar formulado pelo apenado, nos termos do voto da Relatora”.

152 - Agravo de Execução Penal Nº 8004110-55.2023.8.06.0001 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Joaquim Alves da Cruz Neto.

Advogado: Mauro Júnior Rios (OAB/CE: 5714).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo em Execução Penal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão que indeferiu o pedido de trabalho externo formulado pelo agravante, nos termos do voto da Relatora”.

153 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0201354-28.2023.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Morada Nova.

Recorrente: L. A. B..

Recorrente: M. G. N. P..

Advogado: Bruno Nascimento Salgueiro (OAB/CE: 47018).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o Parecer ministerial, mantendo integralmente a decisão recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

154 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0202783-84.2024.8.06.0296 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrido: Gilmar Pereira da Silva.

Recorrido: José Reginaldo Barros da Silva.

Recorrido: Marcus Venícius dos Santos Queiroz.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o Parecer ministerial, reformando a decisão recorrida, no sentido de receber a Denúncia em sua integralidade, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem para o regular prosseguimento do feito, nos termos do voto da Relatora”.

155 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0036955-48.2024.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.

Recorrida: Darlinny Cabral Alves.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o parecer ministerial, reformando a decisão recorrida no sentido de DECRETAR a prisão preventiva de DARLINNY CABRAL ALVES, ante a presença dos requisitos autorizadores do art. 312, do CPP, nos termos do voto da Relatora”.

156 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623567-95.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Francisca Evelyne Viviane Ramalho Farias

Paciente: P. S. da S.

Advogada: Francisca Evelyne Viviane Ramalho Farias

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do *writ*, para, nesta extensão DENEGAR a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Francisca Evelyne Viviane Ramalho Farias, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da douta Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

157 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623090-72.2025.8.06.0000 - 3º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Quixadá

Impetrante: Pedro Henrique Brasil de Souza

Paciente: Antônio Elison Freire de Abreu

Paciente: Davi Souza da Silva

Advogado: Pedro Henrique Brasil de Souza

Impetrado: Juiz de Direito 3º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do Habeas Corpus, mas CONCEDEU a ordem ex officio, para relaxar a prisão dos pacientes Antônio Elison Freire de Abreu e Davi Souza da Silva, por ausência das hipóteses legais de flagrante previstas no artigo 302 do CPP, nos termos do artigo 5º, LXV, da CRFB/88, aplicando, contudo, as medidas cautelares do artigo 319, I, III, IV, V e IX, do CPP. Expeça

o setor competente Alvará de Soltura em favor dos pacientes para que, após a assinatura do termo de compromisso referente às cautelares impostas, sejam liberados, salvo se, por outro motivo, devam permanecer presos, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral dispensada pela defesa, Dr. Pedro Henrique Brasil de Souza, em razão do resultado do julgamento.

158 - Apelação Criminal Nº 0032963-65.2013.8.06.0001 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Tarciano Moura de Souza.

Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE: 3183).

Advogada: Lays Linne dos Santos Costa (OAB/CE: 40381).

Advogado: Eduardo Diogo Diógenes Quezado (OAB/CE: 39742).

Soc. Advogados: Advocacia Paulo Quezado S/C (OAB/CE): 181.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Revisora: Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso para, nessa extensão, dar-lhe parcial provimento, apenas para reduzir a pena privativa de liberdade aplicada ao recorrente, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Eduardo Diogo Diógenes Quezado, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

159 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623185-05.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte

Impetrante: Lorena de Carvalho Rodrigues

Impetrante: José Amsterdam Gomes Rodrigues

Impetrante: Diego de Carvalho Rodrigues

Paciente: Lucas Rafael de Sousa Melo

Advogada: Lorena de Carvalho Rodrigues

Advogado: José Amsterdam Gomes Rodrigues

Advogado: Diego de Carvalho Rodrigues

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do presente mandamus e denegou-lhe a ordem na extensão cognoscível, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pela Dra. Lorena de Carvalho Rodrigues, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

160 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623734-15.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Pereiro

Impetrante: Francisco Diego Fernandes Bezerra,

Paciente: F. E. N.

Advogado: Francisco Diego Fernandes Bezerra

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pereiro

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegar-lhe, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Francisco Diego Fernandes Bezerra, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

161 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623326-24.2025.8.06.0000 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Alécio Farias Gomes Badalamenti

Paciente: Wagston Felix Ribeiro

Advogado: Alécio Farias Gomes Badalamenti

Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do *writ* impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR-LHE a ordem requestada, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Alécio Farias Gomes Badalamenti, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

162 - Apelação Criminal Nº 0200014-82.2024.8.06.0303 - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: D. M. da S..

Advogada: Jacinta de França Souza Neta Reis (OAB/CE: 44769).

Advogado: Luís Cláudio da Silva Reis (OAB/CE: 46304).

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto pelo Ministério Público do Estado do Ceará, para NEGAR-LHE PROVIMENTO e manter a absolvição promovida pelo juízo *a quo*, nos termos do voto da Relatora”.

163 - Agravo de Execução Penal Nº 0038412-62.2017.8.06.0001 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Francisco Diogo Moura Pires.

Advogado: Samuel Oliveira dos Santos (OAB/CE: 54075).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Agravo em Execução Penal, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Relatora”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Samuel Oliveira dos Santos, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

164 - Agravo de Execução Penal Nº 8006707-60.2024.8.06.0001 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: Antônio Aglailson de Sousa Vieira.

Advogado: Luís Francisco Damasceno Sousa (OAB/CE: 38870).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo íntegra a decisão vergastada, nos termos do voto do Relator”.

Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Luís Francisco Damasceno Sousa, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

Total de processos efetivamente julgados: 164 (Cento e Sessenta e Quatro).

PEDIDO DE VISTA:

01)- Adiado o julgamento da **Apelação Criminal Nº 0200805-43.2022.8.06.0296** de relatoria da Exma. Sra. Des. Sílvia Ramos de Oliveira Nóbrega, vez que após sustentação oral realizada pelo Dr. Francisco Daniel do Nascimento Queiroz, seguida de manifestação oral da d. Procuradora de Justiça, a Eminente Relatora votou pelo conhecimento e desprovimento do recurso.

O Exmo. Sr. Des. Mário Parente Teófilo Neto pediu vista dos autos para melhor exame da matéria, considerando as argumentações levantadas pelo patrono do apelante.

ADIADO:

01)- Adiado o julgamento do **Recurso em Sentido Estrito Nº 0200165-40.2022.8.06.0296** de relatoria da Exma. Sra. Des. Sílvia Ramos de Oliveira Nóbrega, vez que após o anúncio do presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou o seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (13/5/2025).

RETIRADO DE MESA/PAUTA:

01)- Adiado o julgamento do **Habeas Corpus Criminal N.º 0622694-95.2025.8.06.0000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após o anúncio do presente processo, o Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, relator do recurso, retirou-o de mesa.

02)- Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0037339-11.2024.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lira Ramos de Oliveira, vez que após o anúncio do presente processo, a Exma. Sra. Des. Lira Ramos de Oliveira, relatora do recurso, retirou-o de pauta.

03)- Adiado o julgamento da **Apelação Criminal N.º 0131164-19.2018.8.06.0001** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após o anúncio do presente processo, a Exma. Sra. Des. Lira Ramos de Oliveira, relatora do recurso, retirou-o de pauta.

REGISTROS/CONSIGNAÇÕES

01 - Voto de Pesar ao Dr. Sílvia Vieira (Defensoria e Ministério Público se acostaram).

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18h52min, do que para constar eu, César Augusto Rocha de Lima, matrícula 51791, digitei a presente ata. Subscribo e assino: _____ Larissa Sacramento Marinho – Matrícula 51444 – Coordenadora da Primeira Câmara Criminal. Conforme: _____ Desembargador Mário Parente Teófilo Neto – Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SACRAMENTO MARINHO

Coordenadora da 1ª Câmara Criminal

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/153006> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

